

MPV 700 00042

EMENDA N°	
/	

APRESENTAÇÃO DE EN	MENDAS			
DATA /_/2015	MEDIDA PROV	ISÓRIA Nº 7	00, DE 2	015
1 [] SUPRESSIVA 2 [] AGLUTINATIVA 3 [] SU	TIPO UBSTITUTIVA 4 [] MO	DIFICATIVA :	5 [] ADITI	VA
AUTOR DEPUTADO (A)		PARTIDO	UF	PÁGINA
EMEN	DA (ADITIVA)			
Acrescente-se à Medida Provisória nº 700, Decreto-Lei 3.365 de 21 de junho de 1941: Art. 11. Quando a União for autora, a ação s domiciliado o réu, perante o juízo privativo, s	será proposta no Disi			J
Parágrafo único. Sendo o autor da ação ou bens. (NR)	ıtro que não a União	o, o foro serc	á o da sit	tuação dos
JUST	TIFICAÇÃO			
Atualmente a Justica Foderal apragenta conila	pridada am tadas as a	ostados sand	a dianana	ával ana sa

Atualmente a Justiça Federal apresenta capilaridade em todos os estados, sendo dispensável que as ações ocorram somente nas capitais. A possibilidade das ações ocorrerem no foro onde for domiciliado o réu possibilita maior celeridade aos processos expropriatórios. Além disso, tendo em vista as dimensões regionais de alguns estados brasileiros, obrigar o réu a deslocar do interior para a capital é contraproducente e dispendioso e não coaduna com os princípios da razoabilidade.

//	
DATA	ASSINATURA